

# **Demonstrações contábeis**

## **Central Eólica São Jorge S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## **ÍNDICE**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Central Eólica São Jorge S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica São Jorge S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2023

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

**CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>				<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa		2.182	38	Fornecedores		1.802	1.187
Investimentos de curto prazo	3	-	13.602	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	5.181	5.146
Contas a receber de clientes		2.687	2.265	Contas a pagar partes relacionadas		1.374	248
Contas a receber partes relacionadas		3.977	3.933	Conta de ressarcimento	6	3.289	16.251
Cauções e depósitos vinculados	4	509	-	Passivo de arrendamento		136	116
Estoques		2.053	745	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		127	127
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		314	205	Imposto de renda e contribuição social a pagar		530	3.968
Outros tributos a recuperar		125	-	Outros tributos a pagar		141	51
Outros ativos		205	122	Outras obrigações		-	248
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>12.052</b>	<b>20.910</b>	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>12.580</b>	<b>27.342</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>				<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Cauções e depósitos vinculados	4	18.095	13.060	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	35.182	39.894
Tributos diferidos		651	-	Conta de ressarcimento	6	31.476	5.852
Outros tributos a recuperar		-	98	Passivo de arrendamento		2.179	2.137
Outros ativos		120	120	Provisão para desmobilização		6.990	3.966
Imobilizado, líquido	5	98.054	75.003	Outras obrigações		53	-
Intangível, líquido		228	705	<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>75.880</b>	<b>51.849</b>
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>117.148</b>	<b>88.986</b>	<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
				Capital social		60.821	48.671
				Prejuízos acumulados		(20.081)	(17.966)
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>40.740</b>	<b>30.705</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>129.200</b>	<b>109.896</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>129.200</b>	<b>109.896</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita operacional líquida	<b>9</b>	15.279	11.691
Custo de produção e operação de energia	<b>10</b>	(11.099)	(12.843)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>4.180</b>	<b>(1.152)</b>
Gerais e administrativas	<b>11</b>	(705)	(70)
Outras (despesas) receitas operacionais	<b>12</b>	(173)	(1.791)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(878)</b>	<b>(1.861)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>3.302</b>	<b>(3.013)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras		2.325	1.012
Despesas financeiras		(6.447)	(5.180)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>13</b>	<b>(4.122)</b>	<b>(4.168)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(820)</b>	<b>(7.181)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.592)	(4.043)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		297	5.931
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	<b>14</b>	<b>(1.295)</b>	<b>1.888</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(2.115)</b>	<b>(5.293)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Prejuízo do exercício	(2.115)	(5.293)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(2.115)</b>	<b>(5.293)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

---

**CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>42.810</b>	<b>(12.673)</b>	<b>30.137</b>
Aumento de capital		5.861	-	5.861
Prejuízo do exercício		-	(5.293)	(5.293)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8</b>	<b>48.671</b>	<b>(17.966)</b>	<b>30.705</b>
Aumento de capital		12.150	-	12.150
Prejuízo do exercício		-	(2.115)	(2.115)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8</b>	<b>60.821</b>	<b>(20.081)</b>	<b>40.740</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<b><u>Atividades operacionais:</u></b>			
Prejuízo do exercício		(2.115)	(5.293)
<b><u>Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>			
Depreciação e amortização	10	3.313	4.995
Atualização monetária de ressarcimento	13	191	174
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	4	(1.901)	(409)
Encargos financeiros de dívidas	13	4.408	4.010
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(372)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível		-	2.107
<b><u>Variação dos ativos e passivos operacionais</u></b>		<b>8.699</b>	<b>13.074</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(75)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		13.321	(13.267)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	7	(3.748)	(3.595)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		724	160
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>22.520</b>	<b>1.881</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>			
Aquisições de ativo imobilizado	5	(23.055)	(3.024)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(23.055)</b>	<b>(3.024)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>			
Aumento de capital	8	12.150	5.861
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		(4.006)	(10.301)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	7	(5.337)	(5.323)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(128)	(40)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos</b>		<b>2.679</b>	<b>(9.803)</b>
<b><u>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</u></b>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		2.144	(10.946)
		38	10.984
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.182</b>	<b>38</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Central Eólica São Jorge S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Trairi – Ceará, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica São Jorge, no município de Trairi, Estado do Ceará.

Em 23 de dezembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. assinou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Santos Participações, controladora da Companhia. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações foi transferida.

A Companhia é controlada diretamente pela Santos Energia Participações S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação da portaria	Vigência da autorização	Prazo da autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Eólica São Jorge	12º LEN	PRT 412/2012	11/07/2012	10/07/2047	35 anos	2014	12	24	5,7

### Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado R\$/MWh	Início	Fim	Índice de correção	Mês de reajuste
12º LEN/2011	Distribuidoras	105.996	190,01	jan/2016	dez/2035	IPCA	janeiro

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de abril de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro

de 2022 no montante de R\$528 (R\$6.432 capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

A Administração entende que o capital circulante líquido negativo da Companhia se deve principalmente aos contratos de empréstimos e financiamentos para a construção do Parque Eólico, devido as características dos valores de contas a receber do ativo circulante que possuem giro rápido de no máximo 2 meses sem histórico de inadimplência relevante, e em contrapartida há no passivo circulante 12 meses de parcela de principal dos financiamentos de longo prazo, adicionado ao não atingimento dos níveis de geração de energia contratados nos últimos anos.

A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

### **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

### **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## **3 INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO**

---

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento maior que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

<u>Investimentos de curto prazo</u>	2022	2021
CDB-DI	-	13.602
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>13.602</b>

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos de curto prazo não apresentaram saldo a ser demonstrado, pois foram totalmente resgatados em movimentação no decorrer do exercício de 2022 e representados por operações realizadas com liquidez diária e rentabilidade média de 100,31% (98,01% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

#### 4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2022	2021
Garantias financeiras (i)	18.604	13.060
<b>Total</b>	<b>18.604</b>	<b>13.060</b>

(i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, as aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$18.604 está aplicado em CDB's, a rentabilidade média apurada foi de 100,31% (98,01% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

A movimentação dos cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>
Adições	23.447
Atualização monetária	409
Baixas e resgates	(10.796)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13.060</b>
Adições	20.261
Atualização monetária	1.538
Baixas e resgates	(16.255)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.604</b>
<b>Circulante</b>	<b>509</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>18.095</b>

#### 5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	2022			2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
Terrenos		-	-	17
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,54%	28.286	(10.712)	17.511
Máquinas e equipamentos	3,69%	85.272	(29.581)	50.957
Móveis e utensílios	7,13%	36	(11)	-
Veículos		833	(69)	-
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>114.427</b>	<b>(40.373)</b>	<b>68.485</b>
Imobilizado em curso (i)		21.948	-	4.473
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	2.704	(652)	2.045
<b>Total</b>		<b>139.079</b>	<b>(41.025)</b>	<b>75.003</b>

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para desmantelamento	Transferências (i) / Reclasseificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	17	-	-	(17)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	27.262	-	-	1.024	28.286
Máquinas e equipamentos	78.281	-	2.633	4.358	85.272
Veículos	-	-	-	833	833
Móveis e utensílios	-	-	-	36	36
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>105.560</b>	<b>-</b>	<b>2.633</b>	<b>6.234</b>	<b>114.427</b>
Imobilizado em curso	5.415	23.055	-	(6.522)	21.948
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>110.975</b>	<b>23.055</b>	<b>-</b>	<b>(288)</b>	<b>99.016</b>
Direito de uso de terreno arrendado	1.573	189	-	942	2.704
<b>Subtotal</b>	<b>112.548</b>	<b>23.244</b>	<b>2.633</b>	<b>654</b>	<b>104.353</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(37.545)	(3.357)	86	(209)	(41.025)
<b>Total líquido</b>	<b>75.003</b>	<b>19.887</b>	<b>2.719</b>	<b>445</b>	<b>98.054</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Outras mutações (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	-	-	-	17	-	17
Edificações, obras civis e benfeitorias	27.262	-	-	-	-	27.262
Máquinas e equipamentos	82.884	25	(2.631)	(1.997)	-	78.281
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>110.146</b>	<b>25</b>	<b>(2.631)</b>	<b>(1.980)</b>	<b>-</b>	<b>105.560</b>
Imobilizado em curso	942	2.885	(392)	1.980	-	5.415
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>111.088</b>	<b>2.910</b>	<b>(3.023)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.975</b>
Direito de uso de terreno arrendado	2.291	224	-	-	(942)	1.573
<b>Subtotal</b>	<b>113.379</b>	<b>3.134</b>	<b>(3.023)</b>	<b>-</b>	<b>(942)</b>	<b>112.548</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(33.525)	(4.936)	916	-	-	(37.545)
<b>Total líquido</b>	<b>79.854</b>	<b>(1.802)</b>	<b>(2.107)</b>	<b>-</b>	<b>(942)</b>	<b>75.003</b>

- (i) O valor de R\$ 445 refere-se à reclassificação de intangível para imobilizado.
- (ii) Refere-se a reclassificação ocorrida em 2021, entre as rubricas de adiantamento de fornecedores e arrendamentos.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou Indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A movimentação dos saldos de ressarcimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	<b>Passivo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(13.877)</b>
Provisão	(8.226)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(22.103)</b>
Provisão	(11.452)
Atualização monetária	(1.210)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(34.765)</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.289</b>
<b>Não circulante</b>	<b>31.476</b>

### Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo de R\$34.765 em 31 de dezembro de 2022 (R\$22.103 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao passivo de ressarcimento, cujo pagamento foi suspenso através do Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL. A suspensão impactou os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para as solares fotovoltaicas considerando a energia não fornecida por *Constrained-off* das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEEAR”) por disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva (“CER”).

Para as fontes eólicas, as reparações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo” referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

## 7 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Vencimento	2022								
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
BNDES	2030	5.363	155	(337)	5.181	37.538	(2.356)	35.182	40.363
<b>Total da dívida</b>		<b>5.363</b>	<b>155</b>	<b>(337)</b>	<b>5.181</b>	<b>37.538</b>	<b>(2.356)</b>	<b>35.182</b>	<b>40.363</b>

Vencimento	2021							
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
BNDDES 2030	5.323	159	(336)	5.146	42.585	(2.691)	39.894	45.040
<b>Total da dívida</b>	<b>5.323</b>	<b>159</b>	<b>(336)</b>	<b>5.146</b>	<b>42.585</b>	<b>(2.691)</b>	<b>39.894</b>	<b>45.040</b>

### 7.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e financiamento
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>49.948</b>
Encargos financeiros	3.594
Pagamento de principal	(5.323)
Pagamento de encargos financeiros	(3.595)
Amortização custos de transação	416
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>45.040</b>
Encargos financeiros	3.744
Variação monetária	329
Pagamento de principal	(5.337)
Pagamento de encargos financeiros	(3.748)
Diferimento custo de transação	(2)
Amortização custos de transação	337
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>40.363</b>

### 7.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNDDES	72.571	29/04/2014	TJLP + 2,45%	Mensal	Mensal	40.363	Maior/2030	Construção do Parque Eólico São Jorge

### 7.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2024	5.363	(337)	5.026
2025	5.363	(337)	5.026
2026	5.363	(337)	5.026
2027	5.363	(337)	5.026
2028	5.363	(337)	5.026
2029 em diante	10.723	(671)	10.052
<b>Total</b>	<b>37.538</b>	<b>(2.356)</b>	<b>35.182</b>

### 7.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2030.	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$60.821 (R\$48.671 em 31 de dezembro de 2021), composto por 60.821.000 (42.810.000 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

### Aumento de capital

Em 23 de junho de 2022, foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária o aumento de capital da Companhia pela acionista única no montante de R\$12.150, composto por 12.150.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

## 9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir

### Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

#### (a) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

## (b) Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2022	2021
Contratos bilaterais	21.712	21.601
Ressarcimento de energia	(11.452)	(8.208)
Mercado de curto prazo	638	-
ACL - partes relacionadas (i)	3.821	-
Crédito de carbono	1.836	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>16.555</b>	<b>13.393</b>
(-) PIS e COFINS	(598)	(1.222)
(-) ICMS	(678)	(480)
<b>Total</b>	<b>15.279</b>	<b>11.691</b>

(i) Refere-se a venda de energia celebrada entre a Companhia e a AES Brasil Operações S.A.

## 10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2022	2021
<b>Custo de produção e operação de energia</b>		
Contratos com partes relacionadas	(4.517)	(2.120)
Outros custos de energia	(259)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.134)	(1.098)
Taxa de fiscalização ANEEL	(93)	(105)
<b>Subtotal</b>	<b>(6.003)</b>	<b>(3.323)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Pessoal e administradores	-	(304)
Serviços de terceiros	(881)	(1.193)
Material	(885)	(2.783)
Depreciação e amortização	(3.313)	(4.995)
Seguros	-	(142)
Arrendamentos e aluguéis	(2)	(103)
Contribuições setoriais	(15)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(5.096)</b>	<b>(9.520)</b>
<b>Total</b>	<b>(11.099)</b>	<b>(12.843)</b>

## 11 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Serviços de terceiros	(705)	(70)
<b>Total</b>	<b>(705)</b>	<b>(70)</b>

## 12 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2022	2021
Perdas na baixa de ativo imobilizado (i)	-	(2.107)
Outras receitas (despesas) operacionais	(173)	316
<b>Total</b>	<b>(173)</b>	<b>(1.791)</b>

(i) Refere-se a desativações em virtude da ocorrência de sinistro em 2021 (NE 5).

## 13 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendas de aplicações financeiras	2.291	1.038
Variações monetárias	-	3
Outras receitas financeiras	34	20
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(49)
<b>Total</b>	<b>2.325</b>	<b>1.012</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas	(4.408)	(3.818)
Tarifas e encargos bancários	(108)	(6)
Juros sobre arrendamento	(191)	(174)
Atualização monetária de ressarcimento	(1.210)	-
Atualização provisão desmobilização	(391)	(599)
Outras despesas financeiras	(139)	(583)
<b>Total</b>	<b>(6.447)</b>	<b>(5.180)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(4.122)</b>	<b>(4.168)</b>

## 14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizado com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime da caixa em 31 de dezembro de 2022, diferente do regime de tributação apurado em 2021, onde a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizado regime de apuração pelo lucro real, onde a Companhia não apurou lucro tributável.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2022	2022
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional tributável	24.213	24.213
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita operacional Crédito Carbono	1.836	1.836
Alíquota lucro presumido Crédito Carbono	32%	32%
Receita presumida	2.525	3.493
Outras receitas	1.972	1.972
Base de cálculo	4.497	5.465
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(675)	(492)
Adicional (10%)	(425)	-
IRPJ e CSLL corrente	(1.100)	(492)
IRPJ e CSLL diferido	193	104
<b>Total tributos no resultado</b>	<b>(907)</b>	<b>(388)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>3,75%</b>	<b>1,60%</b>

## 15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2022		2021		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>					
	421	421	38	38	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)					
Caixa e equivalentes de caixa (operação compromissada)	1.761	1.761	-	-	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	-	-	13.602	13.602	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber clientes	2.687	2.687	2.265	2.265	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas	3.977	3.977	3.933		
Cauções e depósitos vinculados	18.604	18.604	13.060	13.060	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>27.450</b>	<b>27.450</b>	<b>32.898</b>	<b>28.965</b>	
<b>PASSIVO (circulante e não circulante)</b>					
Fornecedores	1.802	1.802	1.187	1.187	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	1.374	1.374	248	248	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	40.363	40.363	45.040	45.040	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	2.179	2.179	2.253	2.253	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>45.718</b>	<b>45.718</b>	<b>48.728</b>	<b>48.728</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## 15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.182	38
Investimentos de curto prazo	-	13.602
Cauções e depósitos vinculados	18.604	13.060
<b>Total</b>	<b>20.786</b>	<b>26.700</b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	40.363	45.040
Caixa e equivalentes de caixa	(2.182)	(38)
Investimentos de curto prazo	-	(13.602)
Cauções e depósitos vinculados	(18.604)	(13.060)
<b>Dívida líquida</b>	<b>19.577</b>	<b>18.340</b>
Patrimônio líquido	40.740	30.705
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>48,05%</b>	<b>59,73%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 7.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.802	-	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	-	1.374	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.208	4.393	14.680	24.311	14.456
Passivo de arrendamento	33	103	147	724	1.308
<b>Total</b>	<b>4.043</b>	<b>5.870</b>	<b>14.827</b>	<b>25.035</b>	<b>15.764</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto o TJLP utilizado na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

#### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.182	38
Investimentos de curto prazo	-	13.602
Cauções e depósitos vinculados	18.604	13.060
Empréstimos e financiamentos	(40.363)	(48.067)
Passivo de arrendamento	(2.315)	(2.253)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(21.892)</b>	<b>(23.620)</b>

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			3,21%	4,81%	6,41%	8,01%	9,62%
BNDES	TJLP	(40.363)	(2.316)	(2.978)	(3.640)	(4.301)	(4.967)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(2.316)</b>	<b>(2.978)</b>	<b>(3.640)</b>	<b>(4.301)</b>	<b>(4.967)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(2.316)</b>	<b>(2.978)</b>	<b>(3.640)</b>	<b>(4.301)</b>	<b>(4.967)</b>

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”), conforme nota explicativa nº 7.

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados foram integralmente acompanhados pela Administração da Companhia. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

### **(c.1) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

### **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

#### ***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

#### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.